

A polêmica provocada pela iniciativa do governo estadual de eliminar a reprovação nas quatro primeiras séries do 1º grau, como forma de conter a evasão escolar, é mais do que simples tempestade em copo d'água. Reside aí o âmago da própria educação, que existe, não para apresentar resultados internos, mas para preparar as novas gerações para a vida em sociedade.

Educação não se dissocia da sociedade. E a realidade é implacável: criança sistematicamente reprovada acaba saindo da escola e indo para a rua, onde engrossa o exército dos desassistidos e se torna personagem do drama da criminalidade.

Alguns educadores, aqueles que torcem o nariz para o projeto, argumentam que não se pode resolver o problema da criminalidade prejudicando a qualidade do ensino. Eles teriam tecnicamente razão se a questão fosse tão simples. Existe outra anomalia que deve neste momento ser levada em consideração, e ela não diz respeito apenas à qualidade dos alunos, que é baixa, mas à qualidade do ensino, que talvez seja mais baixa ainda.

Todos os anos 200 mil crianças se matriculam na 1ª série do 1º Grau, no Rio, e todos os anos 80 mil delas são reprovadas. Os meninos são os únicos culpados por este fracasso? E os professores? E as escolas? E a burocracia do ensino? Como reter a criança na escola, reduzindo os índices de repetência, evasão, violência? Da maneira como se aplica o exame final, ao cabo de cada ano, acredita-se que ele existe acima de tudo não para testar o aproveitamento e a qualidade do ensino ministrado, mas para expulsar o aluno da escola.

Educação perfeita não existe em nenhum lugar do mundo. Um levantamento de *Newsweek*, de dezembro de 91, mostrou que a educação perfeita começa num jardim de infância italiano, a alfabetização é melhor na Nova Zelândia, aprendizado de matemática e idiomas estrangeiros na Holanda, ciências no Japão, ensino secundário e treinamento de professores na Alemanha e artes nos EUA. Nenhum país é bom em tudo. Surge daí a idéia de que cada povo desenvolve determinadas capacidades, aperfeiçoando-se nelas como característica nacional, mas procura aperfeiçoar também as facetas em que não é desenvolvido.

O ensino de 1º grau no Brasil não foge à regra. É ruim, e não pode continuar assim. Cabe à sociedade e ao governo cobrar a qualidade, reconhecendo em primeiro lugar que o fracasso escolar não é problema novo, mas nada indica que deva se existir para sempre. Está ligado à competência dos professores, aos critérios de promoção, à motivação, à responsabilidade do professor de fazer com que o aluno aprenda.

Um pesquisador do CNPq, Sérgio Costa Ribeiro, ainda que contrário à eliminação da repetência, admite que o professor no Brasil é qualificado para alfabetizar a classe social a que pertence, média alta, a das normalistas dos "anos dourados", mas quando se põe a ensinar o pretinho da favela fracassa totalmente.

Suécia e Holanda adotam o método da avaliação sem reprovação. Lá a avaliação é feita externamente, mas quem é avaliado não é o aluno, e sim o professor. Reside aí a diferença básica.

O rendimento escolar das crianças americanas é feito através de pequenos testes semanais, e não existem mais as provas eliminatórias de final de ano. Uma análise bimestral resulta em boletim que os alunos levam para casa. Não se dão notas, mas conceitos. Aluno não repete ano por ter ido mal em uma, duas ou três matérias; a matéria é que fica para trás, enquanto ele avança o ano. E a recíproca é verdadeira: quando o aluno é excelente numa matéria, avança de ano nela, enquanto as outras ficam estabilizadas.

Na França, a escolaridade é obrigatória até os 16 anos. O ensino primário vai dos seis aos 11 anos, só há 25 alunos por turma e passa-se "por direito" à etapa seguinte. E só na passagem do final do curso secundário para a vida adulta o aluno conquista seu primeiro brevê, primeira avaliação baseada em números concretos. Mesmo assim as provas escritas funcionam mais como controle do que como exigência para ascender ao novo curso, onde também há lugar para todos.

Os exemplos não páram por aí, como é o caso da Suécia, onde a escola primária dura nove anos e somente na 8ª série as crianças são submetidas a testes, escritos e orais. No Brasil, as pessoas reagem a mudanças, recusam-se a absorver experiências bem sucedidas em outros países, ignoram a realidade que as circunda, como se fosse possível sustentar um diapasão para o ensino e outro para as crianças na rua. A eles não ocorre que o fracasso do ensino está intimamente ligado à proliferação da criminalidade nas ruas e que antes de mais nada é indispensável abordar os dois assuntos com a mesma ótica.

O ensino de 1º grau malogra quando não consegue reter os alunos. E malogra também quando, apesar de todas as dificuldades, os alunos que conseguem terminar o 1º grau nas escolas estaduais não se expressam bem, não têm competência para escrever um parágrafo com sentido e encadeamento, não sabem interpretar o que lêem e não entendem as mensagens, mesmo as que aparecem na televisão. A maioria deles não manuseia livros, lápis e cadernos com desenvoltura porque não têm estes objetos em casa.

O desafio da escola hoje é conseguir que o aluno permaneça dentro dela, desenvolva competência linguística e monte um currículo mais ligado à realidade do estudante, suas necessidades socioculturais, suas aspirações profissionais.

A síndrome da repetência é o fantasma que ronda a juventude brasileira. Como disse Paulo Freire, as crianças jamais se evadem das escolas: elas são expulsas pelo descaso dos governos, pelo despreparo científico dos professores, pela concepção elitista das escolas brasileiras. Os meninos não podem ser culpados pela tragédia da educação brasileira.